

Maria de Lurdes Almeida Frias, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;
Rita Luísa Correia Leitão Batista Ferreira, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

Ministério da Administração Interna:

Aldo Ivo Alves Ferreira, Técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

António José Santos Carvalho, Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Manuel João Alves, Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública;

Maria Elizabete Afoito Ramos Leal Lopes, Técnica superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Ministério da Justiça:

Ana Silva Horta, Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça;

Emília da Glória Silva dos Santos, Coordenadora do Setor de Apoio Jurídico aos Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.;

Lúis Cecílio Vidal Gonçalves, Técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Maria do Rosário Lagarto Pereira, Diretora de serviços de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Ministério da Economia e do Emprego:

João Rodrigo Reis Carvalho Leão, Diretor do Gabinete de Estudos e Estratégia;

Pedro Miguel Sirgado Pisco Santos, Chefe do Departamento de Legislação e Regulamentação Jurídica do Gabinete Jurídico do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.;

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território:

Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Diretor-Geral da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;

Eduardo Albano Duque Correia Diniz, Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas;

Maria José Correia Botelho Soares de Oliveira Lucena e Vale, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Território;

Maria Teresa Moniz de Almada Pereira Rafael Bessa, Diretora-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

Ministério da Saúde:

José Martins Coelho, Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde;

Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás, Administradora Hospitalar do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, I. P.;

Paula Cristina Dias Pedro de Moura Nogueira, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;

Pedro Emanuel Ventura Alexandre, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

Ministério da Educação e Ciência:

Albino Pedro Anjos Lopes, Professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

António Jorge Pais Costa Pinto, Investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos, Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

Cláudia Fernandes Carvalho, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Joaquim José Borges Gouveia, Professor catedrático da Universidade de Aveiro;

Juan Pedro Mozzicafreddo, Professor catedrático do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

Maria de Lurdes Fradique Valente Francela, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Maria Isabel Duarte Esteves Nunes dos Santos, Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social:

Alice Maria Teixeira de Oliveira, Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Segurança Social, I. P.;

Pedro Jorge de Almeida Ferreira, Chefe de divisão dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos do Gabinete de Estratégia e Planeamento.

3 — Estabelecer que os currículos dos designados nos termos dos números anteriores são publicados e ficam disponíveis na página eletrónica da CRE SAP (www.cresap.pt).

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos desde 19 de maio de 2012, ficando por esta forma ratificados todos os atos que tenham sido praticados pela CRE SAP.

21 de junho de 2012. — Pelo Primeiro-Ministro, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*, Ministro de Estado e das Finanças.

11852012

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 10073/2012

Cancelamento do estatuto de utilidade pública

A Chapatô — Coletividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, pessoa coletiva n.º 501395458, com sede na Costa do Castelo, 1-7, 1149-079, em Lisboa, obteve o estatuto de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, por despacho do Primeiro-Ministro de 3 de março de 1987, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 17 de março de 1987.

Considerando a informação DAJD/167/2012 constante do processo administrativo n.º 3/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do despacho n.º 9162/2011, de 15 de julho, e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, determino a cessação dos efeitos da referida declaração de utilidade pública, sem prejuízo do estatuto que a entidade detém ao abrigo de regimes legais especiais, enquanto instituição particular de solidariedade social e organização não-governamental de cooperação e desenvolvimento.

12 de julho de 2012. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

12822012

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Contrato n.º 472/2012

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/178/DDF/2012

Desenvolvimento da prática desportiva

Entre:

1) O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, 55, 1250-190 Lisboa, número de identificação de pessoa coletiva 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de presidente do conselho diretivo, e João Cravina Bibe, na qualidade de vice-presidente do conselho diretivo, adiante designado como IPDJ, I. P., ou primeiro outorgante; e

2) A Federação Portuguesa de Judo, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de despacho n.º 49/93, de 29 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 288, de 11 de dezembro de 1993, com sede na Rua do Quelhas, 32, 1200-781 Lisboa, número de identificação de pessoa coletiva 501515674, aqui representada por Carlos Alberto Correia Andrade, na qualidade de presidente, adiante designada por Federação ou segundo outorgante;

Considerando que:

a) De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, pode o IPDJ, I. P., «outorgar com os beneficiários um aditamento ao contrato-programa celebrado para o ano findo, a fim de que sejam liquidadas, até à celebração de novo